AS ORDENS MILITARES NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA (SÉCULOS XVI-XVIII)

NOTAS DE BALANÇO

Fernanda Olival
CIDEHUS.EU, Universidade de Évora

A produção historiográfica sobre as Ordens Militares em Portugal, além de qualitativamente versátil, não é muito abundante[1], particularmente a relativa ao período que se estende de meados do século XVI ao século XVIII, ou mais precisamente, desde a integração dos três Mestrados na Coroa à reforma efectuada por D. Maria I em 1789. Trata-se, paradoxalmente, de uma fase em que estas milícias desempenharam um papel de grande relevo na modelação dos comportamentos e da hierarquia social, no contexto da formação do Estado Moderno Português. Não obstante esta importância, até cerca de meados da década de 80 do século XX, a documentação das Ordens Militares era sobretudo conhecida pelos genealogistas, que encontravam nas habilitações um terreno fecundo; até então, raramente o problema das Ordens e das distinções sociais era colocado pelo estudioso do Antigo Regime. Aliás, a Mesa da Consciência e Ordens era uma instituição quase desconhecida; as próprias Ordens Militares eram frequentemente classificadas como simples instituições eclesiásticas decadentes à medida que perdiam aquilo que se considerava ser a sua especificidade: associarem o combate à vocação religiosa.

Esta situação é o produto de uma herança muito complexa. Durante decénios, com particular destaque para o período da Primeira República e do Estado Novo, as Ordens Militares foram um dos espaços privilegiados para a selecção de uma galeria de mitos e símbolos destinados ao discurso político e a um alargado consumo ideológico; «o Mestre de Avis», acompanhado por Nuno Álvares Pereira, os Infantes D. Fernando e D. Henrique, e sobretudo os distintivos das Ordens de Avis e Cristo foram figuras amplamente usadas e subvertidas. A própria noção de cruzada ressurgiu em força em grande parte dos discursos políticos do período apontado.

Pode situar-se em 1894 um dos primeiros momentos altos de recurso à simbologia da cruz da Ordem de Cristo, muito usada nas comemorações portuenses do centenário do Infante D. Henrique[2], que fora Mestre daquela milícia. Contudo, mais tarde, a partir da segunda década do século XX, diversos grupos políticos chegaram a usar as insígnias das Ordens, em publicações, como emblemas de projectos ideológicos, susceptíveis de combaterem a simbologia laica dos republicanos. Citem-se os casos do Integralismo Lusitano ou da revista *Estudos* do CADC de Coimbra. Tudo isto, numa época em que se promovia o culto do Santo Condestável e se lançava «a cruzada Nuno Álvares». Aliás, neste contexto, este beato era frequentemente representado de forma muito semelhante à gravura que o pretendeu retratar na 1.ª edição da sua Crónica, ou seja, com traje guerreiro e de cruz florenciada no pelote; insígnia esta reportável quer às armas dos Pereiras, quer à Milícia do Alto Alentejo. Muito provavelmente a cruz moldada de flor-de-lis decorria da primeira realidade apontada, uma vez que Nuno Álvares Pereira nunca foi cavaleiro da Ordem Militar em causa. O preto e branco da gravura de 1526 apenas favoreceu a ambiguidade interpretativa.

Durante o Estado Novo, a cruz da Ordem de Cristo serviu muitas vezes para simbolizar de forma coesa a pátria que era Portugal, o seu império, a fé e a necessidade de defesa deste conjunto de valores históricos, conquistados com honra e sacrifício por verdadeiros cavaleiros a «outros infiéis» no pretérito. Foi, no entanto, a cruz da Ordem de Avis que sofreu maior transformação. Em 1962, publicava-se na revista *Armas e Troféus* uma lição de Maur Cocheril em que se explicitava o sentido que se pretendeu reincutir a este símbolo: «Nos tempos correntes em Portugal a cruz verde floreteada da Ordem Militar d'Aviz quase, senão totalmente, desbancou a popularidade que a cruz pátea vermelha da Ordem de Cristo havia adquirido no final do século XIX e princípios do XX como um dos emblemas nacionais. Pode-se dizer que é, de certa maneira, o emblema do Estado Novo, consagrado nessa instituição de uma nova milícia de defensores da ordem cristã – a Legião Portuguesa – e também, de certo modo, nessa outra da sua juventude – a Mocidade Portuguesa – que na sua bandeira ressurgiu essa mesma cruz da bandeira real de El-Rei D. João I»[3].

Nesta sequência, a iconografia do Estado Novo repetiu e divulgou amplamente este tipo de referentes, incutindo-lhes fortes cargas ideológicas. As comemorações de 1940 constituem, a este respeito, um exemplo marcante.

Assim, nestes contextos, e em profunda simbiose com os manuais escolares, não deixou de se reprojectar nas Ordens Militares Portuguesas a imagem de um certo nacionalismo alicerçado em heróis simultaneamente bélicos e religiosos,

frequentemente apresentados como verdadeiros cruzados de um determinado projecto de nação.

Face a esta pesada marca, não é de surpreender que a historiografia portuguesa posterior a 1974 tenha tardado a interessar-se pela temática das Ordens Militares. Como foi referido, só a partir de meados da década de 80 é possível encontrar alguns indícios de mudança. No entanto, ainda hoje, revisitar o contexto ideológico que viu surgir muitos dos títulos referenciáveis nem sempre é suficiente para compreender a maior parte da produção dominante nesta área, como se procurará demonstrar. Um outro quadro de ideias feitas encontra-se de tal forma enraizado que tem sido difícil de alterar; sobrevive, mesmo, às mudanças nos paradigmas historiográficos, às alterações dos programas de ensino e dos manuais.

Com algum esforço de simplificação, é possível circunscrever a quatro grandes matrizes os trabalhos disponíveis sobre o tema:

1) Histórias gerais das Ordens, estruturadas em função da sequência dos Mestres e Governadores: Frei Jerónimo Román[4], Frei Bernardo da Costa[5] e, até, Vieira Guimarães[6] constituem bons exemplos. Este modelo cronístico de organização dos textos tinha como preocupação essencial destacar, cronologicamente, o protagonismo dos Mestres e inventariar os feitos relevantes destes e dos cavaleiros de maior referência. O último autor citado é, a este respeito, bem explícito: «Usaremos, como ao tratar dos templários, o mesmo método – narrar, por mestrados, a história gloriosamente grande dos novos combatentes da cruz e da civilização.

«Nesses mestrados conheceremos os feitos ilustres, homéricos, patrióticos dos sublimes cavaleiros, que, em esforçadas empresas, levaram Portugal, através dos salsos mares, às plagas radiosas da Índia e da América»[7].

2) Capítulos sobre as Ordens Militares no âmbito de Histórias da Igreja, não obstante a crescente laicização destas instituições, no tocante aos cavaleiros e administradores (mestres), a partir dos finais do século XV e inícios do século XVI, nomeadamente com o abandono dos votos de castidade e pobreza. No entanto, em qualquer trabalho sobre Ordens Militares, Miguel de Oliveira[8] e, particularmente, Fortunato de Almeida[9] continuam a ser autores de consulta quase obrigatória. Fortunato de Almeida explorou sobretudo a documentação ligada à Santa Sé. Os capítulos que escreveu no princípio deste século continuam, ainda hoje, a servir de síntese indispensável sobre estas milícias.

3) Diversos trabalhos eruditos, decorrentes da necessidade de entender o património, documental ou construído, legado por estas instituições. Neste campo é exemplar a acção desenvolvida pela União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo, fundada em 1918, com sede em Tomar. Durante várias

décadas esta associação editou um boletim[10] onde se publicaram importantes trabalhos de inventariação, alguns documentos e textos de investigação sobre a Ordem de Cristo. São ainda integráveis neste conjunto diversas monografias locais, mas também trabalhos como os de Manuel Coelho Veloso[11], ou as compilações de Lázaro Leitão Aranha[12]. Há ainda a referenciar a publicação de fontes destinadas a servir sobretudo os historiadores da Arte[13].

4) Estudos diversos de História Social, quer as biografias, quer os de questionário mais alargado sobre a Nobreza e sobre as suas fontes de rendimento[14].

Desta tipologia são numericamente dominantes os trabalhos agrupados na terceira alínea, sobretudo pelas suas capacidades para fazerem eco da necessidade de entender realidades da dita «história local e regional», nos múltiplos espaços que de alguma forma estiveram vinculados às Ordens Militares no passado.

No conjunto, tal como aconteceu em Espanha até data bem recente[15], os poucos estudos portugueses sobre as Ordens Militares têm privilegiado a Idade Média, ou, no caso da Ordem de Cristo, o período da administração do Infante D. Henrique. Os motivos associados, num caso, à compreensão da Reconquista e às suas consequências, e no outro, ao problema do suporte financeiro dos Descobrimentos, são por de mais evidentes para serem relembrados. Este predomínio da Idade Média esteve também presente nos três colóquios sobre Ordens Militares, já realizados em Portugal: em 1971, no Congreso Internacional Hispano-Portugués sobre las Órdenes Militares en la Península durante la Edad Media[16]; em 1989[17] e em 1992, no I e II Encontros sobre esta temática promovidos pela Câmara Municipal de Palmela.

Assinale-se, contudo, que se relativamente ao período medieval os esforços no sentido de alterar o quadro problemático foram evidentes nos últimos anos[18], o mesmo tardou a acontecer para a época em que a Coroa dispôs da administração das Três Ordens. Esta situação tem, de igual modo, uma longa e complexa genealogia.

Em primeiro lugar, tem-se perpetuado a ideia que a anexação dos Mestrados à Coroa conduziu à descaracterização destas instituições. A partir de meados do século XVI, de acordo com esta perspectiva, ter-se-iam transformado em meros arquétipos sobreviventes da sociedade guerreira medieval; à medida que a Reconquista era dada por terminada na Península Ibérica, e que a cavalaria perdia terreno no campo bélico, as Ordens teriam passado a meros ornamentos sociais com conotações de arcaísmo, sem função actuante e visível. A imagem que em torno delas foi transmitida era equivalente a degeneração. Em muitas narrativas do século XVI, ou dos princípios de Seiscentos, esta apreciação aplicada às

Ordens Militares portuguesas e castelhanas era já recorrente; muitas vezes exprimia, com sarcasmo, os efeitos simultâneos da banalização dos hábitos e da falta de qualidade dos cavaleiros. Barthélemy Joly, ao viajar pela Península nos inícios do século XVII, registou alguns provérbios que reproduzem essa realidade: «con la cruz en los pechos y el diablo en los hechos»; «el diablo no huye de todas cruzes»[19]. Numa colectânea de ditos portugueses do século XVI relatam-se, entre outros, dois episódios assaz elucidativos:

1. «Manuel Cirne, depois que veio da Flandres, onde estava por feitor de el-rei, indo-se ao Porto, donde era natural, riquíssimo e com o hábito de Cristo, ouvindo uma noite umas moças que lhe cantavam: 'Manuel Cirne, escudeiro, quem vos fez ser cavaleiro?' mandou ele depressa aos criados que abrissem a porta; e eles cuidando que as queria mandar espancar, disse-lhes o senhor: – Cantai-lhe vós outros em resposta: 'Meninas, o meu dinheiro!'»[20].
2. «O carmelita que (...) se chamou D. Baltasar Limpo, vendo que a muitos homens que serviram grandes cargos, assim no Reino como na Flandres e na Índia, nos quais entrando pobres saíram ricos, dera el-rei o hábito de Cristo com tença, por eles o granjearam por meio dos privados que lhes houveram os ofícios, disse: – Antigamente punham os ladrões nas cruzes e agora põem as cruzes nos ladrões»[21].

Esta crítica quinhentista e seiscentista, em última análise apresentada como decorrente do abandono da actividade bélica, está também muito presente na documentação que retrata as relações de Portugal com a Santa Sé. Não surpreende, pois, que Fortunato de Almeida a retome a par e passo, nos capítulos que dedicou às Ordens Militares na sua *História da Igreja em Portugal*, ou seja, precisamente nos textos mais citados a propósito das Ordens Militares portuguesas[22]. No entanto, muito antes de Fortunato de Almeida, também os autores estrangeiros que no século XVIII escreveram sobre viagens a Portugal, insistem em apresentar uma imagem decadente das Três Milícias sob a tutela dos reis portugueses[23]. Tal como o Santo Ofício e a prepotência dos governantes, também a banalização das distinções, conferidas a gente sem qualidade e sem merecimentos militares, constituiu um dos pontos da lenda negra portuguesa, difundida pelo resto da Europa a partir deste tipo de literatura.

Na prática, este tópico «decadentista», que cristalizou na imagem da proliferação incontrolada de «pseudos guerreiros-monges parados», sem qualidades honoríficas e completamente alheados dos desempenhos militares, incapaz de requestionar mutações, só contribuiu para afastar a problemática das Ordens Militares da investigação sobre o Antigo Regime. Na realidade, a anexação dos mestrados de Avis, Cristo e Santiago à Coroa não pôs termo a estas instituições, nem tornou os seus bens indistintos do restante património administrado pelos monarcas. Bem pelo contrário: a nova situação das Ordens reconfigurou a Mesa

da Consciência, criada em 1532, e contribuiu para uma longa sobrevivência da ideologia do serviço, uma vez que as mercês de hábitos em Portugal eram essencialmente remuneratórias.

Outro dos mitos cristalizados diz respeito à laicização das Ordens Militares. Para muitos autores é uma realidade que data do fim da Reconquista e que a incorporação na Coroa apenas veio sancionar. Para outros, a reforma de 1789 equivale também a uma laicização sem que se explicitem os moldes de tal reestruturação das Ordens ou, sequer, o tipo de membros abrangidos, quando estas ainda eram compostas por cavaleiros[24], conventuais e clérigos ligados aos benefícios do padroado de cada uma das milícias.

Mais frequente é ainda encarar laicização e decadência, nos termos atrás invocados, como um único processo conducente à referida descaracterização das Ordens. Abandonado o combate, esquecidos os votos, os cavaleiros teriam perdido a sua razão de existir. Fica, assim, por explicar os motivos pelos quais as Ordens se tornaram tão cobiçadas ao longo do Antigo Regime e por que razões os cavaleiros eram considerados *de jure* pessoas eclesiásticas e com direito a usufruir, na maior parte dos casos, de foro privativo. Seguramente, no período considerado, mesmo depois de Trento, a fronteira entre eclesiásticos e leigos era mais ténue do que se supõe à primeira vista.

No caso português, a estes entraves tem-se associado o dos arquivos. Além de dispersos, a muito deficiente inventariação dos fundos documentais destas instituições tem tornado pouco aliciante investigar nestes domínios, sobretudo quando se trata do Antigo Regime.

Estudar as Ordens Militares a partir de meados do século XVI torna quase obrigatório o manuseio dos materiais deixados pela Mesa da Consciência e Ordens. Contrariamente ao que acontece com a maior parte das instituições portuguesas da administração central dos séculos XVI a XVIII, a Mesa da Consciência conserva nos arquivos fundos razoáveis, não obstante as perdas que também sofreu com o sismo e incêndio de 1755, que afectaram sobretudo as secretarias das Ordens de Cristo e Santiago e a da Mesa «enquanto Mesa». No entanto, o tratamento arquivístico desta documentação só há muito pouco tempo foi iniciado. Até a uma data bem recente, ainda era fundamental, em muitos casos, recorrer às guias de remessa dos fundos para a Torre do Tombo, elaboradas nos inícios do século XIX. É pois com expectativa que se aguarda a divulgação destes novos inventários, tanto mais que irão integrar o vastíssimo material que fazia parte do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, e que era frequentemente secundarizado.

De igual modo, a documentação proveniente dos Conventos não dispõe, ainda, de aceitáveis instrumentos de busca na Torre do Tombo que permitam

um fácil acesso à totalidade dos fundos[25]. É certo que a quase ausência de investigação nesta área também bloqueia e dificulta o trabalho do arquivista.

Há, no entanto, indícios de mudança.

Nos últimos anos, são as questões da ascensão social, da reorganização da camada nobre pela Monarquia, da formação das elites, e do sustento de uma aristocracia tão indispensável ao Estado Moderno quanto dele dependente, que procuram ser estudadas, perspectivando a participação da Coroa como centro redistribuidor de benesses e favores. Nesta óptica, as três Ordens Militares, em paralelo com os bens da Coroa, teriam servido de capital, simultaneamente económico e honorífico, essencial à captação de serviços, designadamente nas várias periferias do Império. As cruzes das Ordens Militares terão contribuído para sustentar não só os exércitos e as armadas, quanto muitas vezes exigências de natureza administrativa ou política[26], em Portugal, nas ilhas, no Norte de África, no Brasil ou nas partes da Índia. A própria elite titular e as suas clientelas não eram indiferentes a esta ideologia do hábito e da comenda, alcançáveis através dos serviços prestados ao centro político. Assim, tem-se vindo a perspectivar que a tão falada domesticação da nobreza, no caso português, também teria passado pelas Ordens Militares geridas pela Coroa, tal como passou, simultaneamente, o alargamento do grupo nobiliárquico e consequente mobilidade social; nesta ordem de ideias, este último fenómeno, em Portugal, teria sido maior do que habitualmente se supõe. A divulgação dos preceitos de limpeza de sangue e de repúdio pelo trabalho manual, no acesso às Ordens Militares, não impediram os monarcas de abrirem numerosas excepções, de modo a captarem serviços entre cristãos-novos e mecânicos[27].

Há, no entanto, muitas outras questões a estudar. Sobre as Ordens Militares em Portugal, no período apontado, a bibliografia publicada não permite ir muito longe; apenas pode considerar-se que se iniciou a investigação. Faltam quase todos os chamados trabalhos de base, quer, como já foi referido, de inventariação dos fundos documentais, quer, em certa medida, do conhecimento do património de cada uma das Ordens, questão com particular relevância no que diz respeito à Ordem de Cristo, cujas comendas chegaram a ultrapassar o número das cinco centenas. Neste âmbito, há a destacar o desenvolvimento de um projecto, desde 1991, em torno das comendas e rendeiros das mesmas, para o período que se estende de 1668 a 1834[28]. Haverá que aguardar pelos resultados desta pesquisa para, eventualmente, podermos dispor de um instrumento de trabalho tão elementar como uma aceitável cartografia das comendas, à semelhança do que foi feito para as Ordens castelhanas[29]. Muito importante seria, ainda, aprofundar o escasso conhecimento disponível sobre a

Mesa da Consciência e Ordens[30], cujas atribuições eram vastíssimas e não basta para as conhecer estudar apenas os regimentos que lhe foram dados.

Também os conventos femininos das Ordens Militares continuam a aguardar um estudo desenvolvido. Até à data o pouco que se conhece diz respeito, sobretudo, ao património do Mosteiro de Santos na Idade Média[31]. Ao longo do Antigo Regime, por estes conventos passava, no entanto, um complexo problema de distinções sociais que urge explorar, tanto mais que, pelo menos no século XVIII, entre os seus muros recolhiam-se as filhas da primeira nobreza do Reino, no dizer de Caetano de Lima[32].

Ao longo deste texto foram referidas apenas as Ordens Militares vinculadas à Coroa em meados do século XVI. No entanto, ao lado destas, durante o Antigo Regime, permaneceu em Portugal a Ordem de Malta, directamente dependente do Grão-Priorado sediado na Ilha do mesmo nome, e mantendo os votos tradicionais de pobreza, castidade e obediência. Apenas em 1789-90 o seu património foi incorporado na Casa do Infantado, à semelhança do que acontecera em Espanha, onde, a rogo de Carlos III, o Priorado de Castela e Leão foi perpetuamente concedido por Pio VI, em 1784, ao Infante D. Gabriel e seus descendentes.

Sobre esta milícia na época moderna portuguesa a falta de estudos recentes é ainda maior[33] do que sobre as três restantes. Qual terá sido o papel desta Ordem ao longo do período considerado? Teria sido este o verdadeiro espaço de colocação de filhos segundos? Convém ter presente que, no período invocado, houve três grão-mestres portugueses e que na língua de Camões foram impressos uma multitude de folhetos setecentistas exaltando os combates dos Malteses e que merecem ser estudados.

Em suma, sobre qualquer uma das Ordens Militares invocadas, o que a bibliografia disponível oferece representa ainda muito pouco; os problemas a colocar e a investigação a fazer equivalem a muito.

[1] Brevemente sairá a público uma bibliografia das Ordens Militares na Europa do Sul que incluirá os trabalhos editados em Portugal. As bibliografias disponíveis até à data estão muito incompletas e desactualizadas: cfr. Eloy Benito Ruano, «La investigación reciente sobre las órdenes militares hispanicas», *A Cidade de Évora*, Évora, ano XXXII, n.° 59, pp. 51-70; Henrique de Campos Ferreira Lima, «Ensaio bibliográfico da Ordem de Cristo», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Lisboa, vol. I, 1935, pp. 97-108; Derek W. Lomax, *Las Órdenes Militares en la Peninsula Iberica durante la Edad Media*, Salamanca, s/n., 1976 (sep. do *Repertorio de Hist. de las Ciencias Eclesiasticas en España*, Salamanca, 1976, pp. 9-110); Alfredo Mota, «Bibliografia da Ordem de Cristo», *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, Biblioteca Nacional de Lisboa, vol. II, 1950, pp. 225-26; Biblioteca Nacional, cód. 355 e 655, fls. 39-42. Destaque-se, porém, um

importante trabalho de recolha bibliográfica, abarcando as Ordens peninsulares na Idade Média: Carlos de Ayala Martínez *et al.*, «Las Órdenes Militares en la Edad Media Peninsular: historiografía 1976-1992», in *Medievalismo: Boletín de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, Madrid, n.° 2 (1992), pp. 119-69; n.° 3 (1993), pp. 87-144.

2 Cfr. Firmino Pereira, *O Centenário do Infante D. Henrique*, Porto, Magalhães & Moniz, s/d.

3 «A origem da cruz da Ordem de Aviz», in *Armas e Troféus*, Lisboa, 2.ª série, III, 1962, p. 38.

4 Há, em Portugal, diversos exemplares das suas Histórias das Ordens de Cristo, Avis e Santiago, dispersas por várias Bibliotecas e Arquivos, a merecerem edição crítica. Eis algumas das cotas mais conhecidas: Biblioteca Nacional, *Colecção Pombalina*, n.° 23-24, 648, 688; id., *Arquivo da Casa de Tarouca*, n.° 74; Arquivos Nacionais-Torre do Tombo (ANTT), *Manuscritos da Livraria*, 857; Biblioteca da Ajuda, cód. 49-IV-28 e 51-VI-17; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, cód. CXIV/2-24, n.° 1.

5 *Historia da Militar Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo*, Coimbra, na Off. de Pedro Ginioux, 1771 e Biblioteca Nacional, *Colecção Pombalina*, n.° 501 (II tomo da 2.ª parte desta Crónica). Sobre a composição desta obra cfr. Manuel da Silva Castelo Branco, *Inéditos da Crónica da Ordem de Cristo de Fr. Bernardo da Costa*, [Santarém], Assembleia Distrital de Santarém, 1980.

6 Referimo-nos ao trabalho mais citado de José Vieira da Silva Guimarães: *A Ordem de Cristo*, 2.ª ed. revista, Lisboa, Imprensa Nacional, 1936 (1.ª ed.: Lisboa, Empreza da História de Portugal, 1901).

7 *Op. cit.*, p. 76.

8 *História Eclesiástica de Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, União Gráfica, 1958 (1.ª ed. 1940).

9 *História da Igreja em Portugal*, 8 tomos, Coimbra, ed. de Fortunato de Almeida, 1910-26.

10 *Anais da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo*, vol. I (1918), vol. V (1968), Tomar.

11 Biblioteca Nacional, cód. 10887.

12 Lázaro Leitão Aranha (1678-1767), doutorado em Leis pela Universidade de Coimbra, foi nomeado deputado da Mesa da Consciência e Ordens em 1716. Durante o tempo que exerceu este cargo, e na sequência do espírito de um velho decreto de D. Pedro II, datado de 1686 (cfr. ANTT, *Mesa da Consciência*, L.° 315, fl. 55), no qual se estabelecia que os tribunais deviam elaborar um índice da documentação mais relevante que possuíssem, Lázaro Leitão Aranha procurou inventariar as resoluções e papéis mais significativos desta instituição. Concluiu a sua tarefa em 1727 e ofereceu o tomo resultante, sobre as atribuições «da Mesa enquanto Mesa», a D. João V. Terá, então, oferecido uma cópia à Mesa da Consciência e Ordens que, segundo o autor, «desde o dia em que o entreguei (...) Sempre esteve na Meza do despacho, aonde repetidas vezes recorrião para despachar, ou consultar os mais importantes casos» (*ibid.*, L.° 305, fl. II-Vv.°; cfr. também, *ibid.*, L.° 10, fl. 50v). A grande utilidade desta obra fez com que Lázaro Leitão Aranha continuasse este trabalho no relativo às Ordens, mesmo depois de ter abandonado o cargo de deputado da Mesa, em 1739. Quando concluiu estes 4 volumes, ofereceu-os de novo ao monarca e à Mesa da Consciência. Como no incêndio de 1755 terão desaparecidos estes livros, e outros originais da Mesa, Lázaro Leitão Aranha, a partir dos seus exemplares, efectuou novas cópias destinadas ao rei e ao Conselho das Ordens. A estes volumes ainda acrescentou mais 7 tomos com trabalhos e documentos relativos ao funcionamento deste tribunal (*ibid.*, L.° 305, fl. II-Vv.°). Rematou tudo com um volume destinado a servir de índice deste seu legado (cfr. *ibid.*, L.° 306; *ibid.*, *Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça*, cx. 10, L.° não numerado; e Biblioteca Nacional, *Colecção Pombalina*, n.° 256). Obviamente este conjunto de livros manuscritos, face ao tipo de bibliografia disponível para o estudo das Ordens no Antigo Regime, e ao estado dos arquivos, são essenciais para o investigador. Sobre este deputado da Mesa, cfr. Arthur Lamas, *A Casa-Nobre de Lázaro Leitão no Sítio da Junqueira (extra-muros da Antiga Lisboa)*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.ª, 1925; e António Sousa Lara, «Aranha, Lázaro Leitão», in *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I, Lisboa, Resistência, [impr. 1980].

[13] Os historiadores da Arte têm dado particular destaque às visitações. Citem-se como paradigmáticas as visitas publicadas por Vitor Pavão dos Santos, em *Documentos para a História da Arte em Portugal* (recolha de fontes promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian sob a orientação de Raul Lino, Luís Silveira e A. H. de Oliveira Marques, n.os 7 e 11, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969 e 1972, respectivamente), Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1979, e as coligidas por Hugo Cavaco, em *«Visitações» da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Santo António, 1987.

[14] Citem-se como exemplificativos: Fernanda Olival, *Para uma Análise Sociológica das Ordens Militares no Portugal do Antigo Regime (1581-1621)*, 2 vols., Lisboa, dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988; id., «Para um estudo da nobilitação no Antigo Regime: os cristãos-novos na Ordem de Cristo (1581-1621)», in *As Ordens Militares em Portugal: actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 1991, pp. 233-44; Nuno Gonçalo Monteiro, «Os rendimentos da aristocracia portuguesa na crise do Antigo Regime», *Análise Social*, Lisboa, 4.ª série, vol. XXVI, n.° 111, 1991, pp. 361-84; id., «O endividamento aristocrático (1750-1832): alguns aspectos», *ibid.*, vol. XXVII, n.° 116-117, 1992, pp. 263-83; Jorge Miguel Pedreira, «Os negociantes de Lisboa na segunda metade do século XVIII: padrões de recrutamento e percursos sociais», *ibid.*, pp. 407-40.

[15] Cfr. Elena Postigo Castellanos, *Las Ordenes Militares Castellanas en la historiografía de los siglos XVI al XX*, Madrid, Instituto Salazar y Castro (CSIC), s/d. (sep. da revista *Hidalguía*, Madrid, pp. 353-71).

[16] As actas deste Congresso foram publicadas tardiamente, na revista *Anuario de Estudios Medievales*, Barcelona, n.° 11, 1981.

[17] As actas do I Encontro foram editadas em 1991 (*As Ordens Militares em Portugal: actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 1991); as do II aguardam, ainda, publicação.

[18] Veja-se, entre outros, Luís Adão da Fonseca, «Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV», *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2.ª série, vol. I, 1984, pp. 19-56.

[19] «Voyage de Barthélemy Joly en Espagne (1603-1604)», ed. lit. de Barrau-Dihigo, *Revue Historique*, Paris, XX, 1909, p. 589.

[20] *Ditos Portugueses Dignos de Memória: história íntima do século XVI*, publicados com anotações e comentários de José Hermano Saraiva, [Mem Martins], Publicações Europa-América, s/d., n.° 1326.

[21] *Op. cit.*, n.° 966.

[22] Eis uma passagem paradigmática: «Com o termo da conquista do Algarve acabou a função social das Ordens Militares, que na defesa das fronteiras, quando as invasões eram constantes, no ardor das batalhas e no ímpeto dos assaltos haviam prestado os maiores serviços. Finda a razão da sua existência, seria inútil todo o esforço em manter-lhes o prestígio, quando os ócios da paz esboroavam e dissolviam os laços da disciplina militar e da austeridade religiosa. É verdade que subsistiram ainda durante séculos, mas com vida artificial em que dia a dia se evidenciavam mais os estragos da morte» (*História da Igreja em Portugal*, nova ed., vol. I, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1967, p. 345).

[23] Cfr., a título exemplificativo: John Stevens, *The ancient and present state of Portugal*, Londres, printed by R. Janeway, 1705, p. 51; *O Portugal de D. João V Visto por Três Forasteiros*, trad., prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, 2.ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, pp. 75-76, 270; Conde de Saint-Priest, «Uma campanha militar: 1762. Uma missão diplomática», in *Portugal nos Séculos XVII & XVIII: Quatro Testemunhos*, Charles Dellon, François de Tours, Charles Alexandre de Montgon, Conde de Saint-Priest, Lisboa, Lisóptima, 1989, p. 157; Giuseppe Gorani, *Portugal: a Corte e o país*

nos anos de 1765 a 1767, trad., prefácio e notas de Castelo-Branco Chaves, Lisboa, Lisóptima, 1989, p. 146; J. B. F. Carrère, *Panorama de Lisboa no Ano de 1796*, trad., prefácio e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1989, pp. 141-43.

[24] Feitos comendadores ou não.

[25] Saliente-se, contudo, a existência de um trabalho erudito, de reconstituição cartório de Tomar, concluído há anos pelo eng.° Manuel Castelo Branco, mas ainda a aguardar publicação.

[26] Cite-se, a título exemplificativo, quer a inflação de hábitos na conjuntura de 1580 como mecanismo de compra de adeptos (cfr. Fernanda Olival, *Para uma Análise Sociológica...* cit., I, pp. 70-76, *passim*), quer a atribuição da cruz da Ordem de Cristo a alguns dos que colaboraram no reprimir das «alterações» do Alto Alentejo de 1637 (cfr. António de Oliveira, «Levantamentos populares no distrito de Portalegre em 1637-1638», *A Cidade*, Portalegre, nova série, n.° 3, 1989, p. 19 e docs. 2, 4, 5 e 7). Refira-se ainda o caso caricato, ocorrido em 1634, do apregoar a concessão de um hábito de Cristo com 40 mil réis de pensão para quem denunciasse os que atentaram contra a vida de Miguel de Vasconcelos e Brito (cfr. António de Oliveira, «O atentado contra Miguel de Vasconcelos em 1634», *O Instituto*, Coimbra, vols. CXL-CXLI, 1980-81, p. 35 e doc. 4).

[27] Cfr. Fernanda Olival, «Para um estudo da nobilitação...» cit.; Francis A. Dutra, «Blacks and the search for rewards and status in seventeenth-century Brazil», in *Proceedings of the Pacif Coast Council on Latin American Studies*, Tempe-Arizona, vol. VI, 1977-79, pp. 25-35; id., «The maritime profession and membership in the Portuguese Military Orders in the late seventeenth and early eighteenth centuries», in *Marginated Groups in Spanish and Portuguese History*, coord. de William D. Phillips, Jr. e Carla Rahn Phillips, Minneapolis, Society for Spanish & Portuguese Historical Studies, 1989, pp. 89-100; id., «The practice of Medicine in early Modern Portugal: the role and social status of the 'Físico-mor' and the 'Surgião-mor'», in *Libraries, History, Diplomacy, and the Performing Arts. Essays in honor of Carleton Sprague Smith*, Stuyvesant, Pendragon Press, New York Public Library, 1991, pp. 135-69; Jorge Miguel Pedreira, art. cit.

[28] Trata-se de um projecto subsidiado pela JNICT e pelo qual é responsável Nuno Gonçalo Monteiro.

[29] Cfr. Clemente López González, Elena Postigo Castellanos e J. Inácio Ruiz Rodríguez, «Las Ordenes Militares Castellanas en la Época Moderna: una aproximación cartográfica», in *Las Ordenes Militares en el Mediterraneo Occidental. Siglos XIII-XVIII*, Madrid, Casa de Velázquez, Instituto de Estudios Manchegos, 1989, pp. 292-340. Para o caso português seria importante que a cartografia assinalasse também os diferentes tipos de comendas, os respectivos rendimentos médios, a constituição de agrupamentos de comendas perduráveis nas mãos de uma mesma família, bem como o enraizamento linhagístico nas mesmas. No contexto de outra problemática, idêntico trabalho devia ser feito para os diferentes tipos de benefícios eclesiásticos dos três mestrados.

[30] Entre os trabalhos mais importantes para o conhecimento desta instituição podem apontar-se os seguintes: D. Joze Joaquim da Cunha d'Azeredo Coutinho, *Cópia da Analyse da bulla da* [sic] *Smo Padre Julio III, de 30 de Dezembro de 1550, que constitue o padraõ dos reys de Portugal, a respeito da uniaõ, consolidação, e incorporação dos Mestrados das Ordens Militares de Christo, S. Tiago, e de Aviz com os Reynos de Portugal*, Londres, T. C. Hansard, 1818; [Francisco M. Trigoso de Aragão Morato], «Um relatório notável», *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, Coimbra, 20, 1944, pp. 268-90; Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, «A Mesa da Consciência», in *As Regências na Menoridade de D. Sebastião: elementos para uma análise estrutural*, vol. II, Lisboa, INCM, 1992, pp. 7-63.

[31] Cfr. Ana Maria S. A. Rodrigues, «O património das donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média», in *As Ordens Militares em Portugal: actas do I Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara M. de Palmela, 1991, pp. 115-30; Joel Silva Ferreira Mata, *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a Comenda de Santos na Idade Média*, Porto, dissertação de mestrado em História Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991.

[32] Cfr. *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos de Europa, com as Mudanças, que Houve nos seus Dominios, Especialmente pelos Tratados de Utrecht, Rastad, Baden, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as Genealogias das Casas Reynantes, e Outras muy Principaes*, I, Lisboa Occidental, na Offic. de Joseph Antonio da Sylva, 1734, pp. 540, 545; sobre este assunto, cfr. também, Tude Martins de Sousa, «Comendadeiras de Santiago», in *Arquivo Histórico de Portugal*, Lisboa, vol. IV, 1939, pp. 183-282.

[33] Para este período, salientem-se apenas nos últimos anos: António de Oliveira, «A violência do poder dos cavaleiros de São João no período filipino», in *Estudos e Ensaios em Homenagem a Vitorino Magalhães Godinho*, Lisboa, Sá da Costa, 1988, pp. 263-76; Martim de Albuquerque e Eugénio Andrea da Cunha Freitas (coord.), *Portugal e a Ordem de Malta. Aspectos da Europa*, Lisboa, CTT-TLP, 1992. Há a registar, ainda, o aparecimento da revista *Filermo*, dedicada a trabalhos sobre esta Ordem, e cujo primeiro número veio a público em 1992.